



Número: **0817668-75.2017.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **27/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Direito de Imagem**

Segredo de justiça? **NÃO**


Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JARDSON NOGUEIRA FERNANDES (AUTOR)		Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7306285	06/04/2017 15:16	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
7306678	06/04/2017 15:16	<a href="#">Petição Inical</a>	Memorial
7306689	06/04/2017 15:16	<a href="#">Acostados - 4708</a>	Documento de Comprovação
7306693	06/04/2017 15:16	<a href="#">Proc e Decl 4708</a>	Procuração
8300053	06/07/2017 16:08	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
15456258	28/07/2018 16:00	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
31949255	01/07/2020 17:47	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
35335956	09/10/2020 18:33	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
37342347	01/12/2020 21:10	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
37342611	01/12/2020 21:10	<a href="#">aceitação perícia 0817668-75.2017.8.15.2001</a>	Informações Prestadas

Petição Inicial em anexo!



 <p><b>Nóbrega Advogados Associados</b></p>	<b>PB JOÃO PESSOA:</b> Av. Cap. José Pessoa, 320 – Jaguaribe – CEP 58015-170 TeleFax: (83) 3222-6610
	<b>RN PARNAMIRIM:</b> Av. Maria Lacerda Montenegro, 2.835 sl. 11 - Nova Parnamirim CEP 59152-600 - Tel.: (84) 3208-9861
	<b>PE OLINDA:</b> Av. José Carlos Lima Cavalcante, 3995 - sl. 23 – Casa Caiada CEP 53030-260 - Tel.: (81) 3431-9643
E-mail: <a href="mailto:hallisonjc@hotmail.com">hallisonjc@hotmail.com</a>	

Almeida / 4708

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da(o) \_\_\_\_ª Vara Cível da Comarca de

**JOÃO PESSOA PB:**  
virtual

**REQUERIMENTOS PRELIMINARES:**

- a) **Justiça Gratuita**, com supedâneo na Lei 1.060/50 e Súmula 29 do TJPB, por ser, a parte autora, desprovida de condições para as despesas processuais. (§ 9, “a” da presente e respectiva *inclusa Declaração de Pobreza*)
- b) **RITO ORDINÁRIO**, uma vez ser imprescindível, nesta ação, o encaminhamento da Parte Autora, ao IML para exame pericial

<b>Rte</b>	<b>JARDSON NOGUEIRA FERNANDES, 21 anos</b> , brasileiro, solteiro, aux. serv. gerais, End. Eletr.: não possui, RG 3883056 PB, CPF 017.994.624-20, <b>Rua Armando Severino da Silva sn ap. 102] - Gramame - Valentina - JOÃO PESSOA PB- CEP 58067-024</b>
------------	--

por seu advogado que esta subscreve, conforme instrumento procuratório incluso, podendo receber intimações e notificações na **Av. Cap. José Pessoa, 320 – Jaguaribe – JOÃO PESSOA PB – CEP 58015-170** vem, mui respeitosamente, perante V.Exa., com supedâneo na Lei 6.194/74 e demais legislações pertinentes, ajuizar a presente **Ação de**

**COBRANÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS**

3f (DPVAT - invalidez - S / Laudo)

em face de

<b>Rda</b>	<b>MAFPFRE SEGUROS GERAIS S/A, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 61.074.175/0001-38, End. Eletr.: “WWW.mapfre.com.br/seguro-br”</b> , Av. Epitácio Pessoa, 723 - Estados - JOÃO PESSOA PB - CEP 58030-000
------------	--

expondo, e requerendo ao final, o seguinte:



## I- DO FATO

1. Na data de 18/jul/15 foi vítima de acidente de trânsito, conforme incluso Boletim de Ocorrência Policial e/ou Declaração do SAMU e Boletim de Atendimento Médico, sofrendo seqüela de/no(a) MIE, conforme incluso Laudo Hospitalar.

## II- DAS PRELIMINARES

2. É praxe das Seguradoras, em Contestação, aguir preliminares sobre as quais aqui se antecipa a devida manifestação:
  - a) **legitimidade passiva:** Todas as seguradoras, inclusive a Demandada, formam um consócio (**NÃO EXTINTO**), instituído pelo Art. 7º da Lei 6.194/74, ao qual se vinculam e em que se obrigam, todas, a efetuarem o pagamento do DPVAT. Tal entendimento se confirma com Decisões do TJRN nas Apelações Cíveis nº 2010.001747-7 e 2010.001758-7 que tem a Demandada como Apelada: "Inocorrência. Consócio de seguradoras. Parte legítima. Nulidade da sentença. retorno dos autos à primeira instância. Recurso conhecido e provido." e "... reformando a sentença atacada, para afastar a ilegitimidade passiva da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A."
  - b) **Carência de ação – Falta de interesse de agir:** A parte Autora não está obrigada a, primeiro, buscar Prévio Procedimento Administrativo uma vez que o texto constitucional em seu Art. 5º, XXXV não impõe nenhum condicionamento, muito menos esse, para que seja excluída, da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito seu. No mesmo sentido, em Ementa na Apelação 2009.006430-0 (Apelada: a mesma Demandada), assim decidiu o TJRN: "O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstaculiza o ingresso em juízo...". Conquanto a presente exposição, ainda há magistrados que intimam a Parte Autora para provar **pretensão resistida**, o que, neste item, data vênica, bem esclarecido se apresenta (CF e Ementas) a desnecessidade de tal prova, vez que foi demonstrado, acima, que não é exigido a busca do prévio processo administrativo para, depois, buscar a Prestação jurisdicional do Estado. Ainda: nesta ação, conforme o capítulo III abaixo, a ré foi buscada e não atendeu *in toto* o direito preconizado. Ademais, houve procedimento administrativo, conforme abaixo explicitado, nos itens "3" e "4".
  - c) **Documentos Indispensáveis:** Toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 foi carreada com a Exordial, aos autos, com exceção do Laudo Médico Pericial, sendo que, com o deferimento do pedido na Inicial para encaminhamento à Perícia Médica, suprir-se-á tal lacuna. **Há que se atentar que, quando do recebimento administrativo, é realizado exame por profissional designado pela própria Demandada (sem isenção quanto ao Profissional do juízo), entretanto, o conteúdo do resultado nunca chega às mãos da Parte Autora e nem é carreada aos autos pela Demandada, quando citada.** Em decisão do TJRN na Ap. Cível Nº 20.01611-6 assim se pronuncia: "1- A produção do laudo pericial poderá ser realizada até a fase instrutória".
  - d) **Megadata:** Tal suposto documento nenhum valor jurídico tem, pois não passa de mero espelho de computador, sem prova alguma de efetivação de pagamento de DPVAT. Se o valor do mesmo for o de R\$, a Parte Autora não se oporá.
  - e) **Prescrição:** O prazo prescricional começa sua contagem a partir do resultado positivo do Exame Pericial. Assim corrobora a Súmula 278 do STJ: "o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral". No presente caso o prazo foi interrompido em, data em que a Demandada efetuou o pagamento a menor, conforme itens 3/4 abaixo.

**Assim, requer que sejam, as preliminares suscitadas na Contestação, consideradas impugnadas na forma acima exposta, sem a necessidade de nova manifestação, com exceção de outras aqui não elencadas, com a rejeição de todas.**

## III- DO PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

3. É comum a Demandada alegar falta de interesse de agir. Entretanto, A Parte Autora buscou, na via administrativa, a satisfação do seu direito nos termos da legislação que regula o Seguro DPVAT, mas teve o seu direito preterido em face de pagamento a menor do que a legislação determina, pois o valor a ela pago foi o de R\$, na data de, ficando a diferença que ora pleiteia, no valor de R\$, já que o correto valor determinado pela Lei 6.194/74 (com as alterações introduzidas pela Lei 11.482/07) é de até R\$ **13.500,00** para invalidez permanente, que é o caso da Parte Demandante.
4. Há que se ressaltar que, na época própria, toda a documentação exigida pela Lei foi apresentada à Seguradora que fez o referido pagamento, pois se assim não fosse, obviamente, a mesma não teria efetuado o pagamento nem mesmo do citado valor. Logo, não cabe à Demandada, a esta altura, achar de exigir apresentação de quaisquer outras documentações para provar o sinistro, nexa causal e direito da Parte Autoral, já que tais provas foram cristalinamente consubstanciadas com tal documentação já em poder do Consócio a que a Demandada está vinculada.

## IV- DO DANO MATERIAL:

5. Determina o Código Civil nos artigos 876 e 884 do Código Civil, *ipsis litteris*:  
"Art. 876. **Toda aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição**".  
Art. 884. **"Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita à atualização dos valores monetários"**.

## V- DO DIREITO



6. Quanto ao Direito à percepção do seguro, a Lei n. 6.194/74, art. 5º, preceitua que:

**"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".**

7. Tem sido comum a alguns órgãos regionais do IML se negar a proceder o exigido exame médico, mesmo quando a vítima é encaminhada pelo Juiz, o que pode ser passivo de intervenção no Estado por descumprimento da Lei Federal, a de nº 11.945/2009, que, em seu Art. 31 altera o § 5º do Art. 5º da Lei 6.194/74 o qual passa a textualizar:

**"§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais."**

#### IV-

#### DO FORO

8. É certo que o domicílio da Parte Autora não está em logradouro cuja competência seja dessa Comarca, entretanto, como a Parte Demandada tem Escritório nessa cidade, aquela usufrui da permissibilidade de que dispõe os Art. 75 do CC c/c Arts. 46 e 53, III, "a" do NCPC/2015.

#### -VI- DO PEDIDO:

9. **PELO EXPOSTO**, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c o art. 3º e 5º alínea "II" da Lei 6.194/74, requer a procedência da presente demanda em todos os seus pedidos, para condenar a parte requerida no pagamento da indenização em epígrafe, fundada no valor da **DIFERENÇA** de R\$ **13.500,00**, referente ao seguro DPVAT, face a debilidade permanente sofrida pela Parte Autora (na forma exposta no retro § "1") adquirida através de sinistro de acidente de trânsito, **requerendo**, ainda, o seguinte:

a. **Ab initio**, deferimento da(s) **preliminar(es)** **prefacial(is)** (**1ª pág. da presente**);

b. Citação da Promovida **através de AR (Correios - Art. 221 I do CPC)** no endereço retro declinado, para, no prazo legal determinado, sob pena de revelia e confissão, apresentar proposta de **acordo e/ou contestação**;

c. Para cumprimento do disposto no Art. 5º - § 5º da Lei do DPVAT, com as alterações introduzidas pelo Art. 31 da Lei 11.945/09, **requer seu encaminhamento para o IML Local**, o qual tem a obrigação de, consoante o citado dispositivo legal, verificar e quantificar as lesões sofridas pela vítima (item 1 da Exordial). Para tanto, apresenta, ao final, seus quesitos, dispensando indicação de assistente técnico.

d. Contestação apresentada pela Demandada, Manifestação antecipada sobre preliminares (retro item "2") e juntado o Laudo de Exame Médico advindo do deferimento do requerido na retro alínea "c" e, ainda, considerando que toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 está sendo anexada à Exordial, o processo há de ser considerado devidamente saneado (sem nenhuma outra prova a produzir) com a prolação de **Sentença com base no Exame Pericial**, razão por que a Parte Autora, **na forma do Art. 319, VII do NCPC de 2015, opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação**, visando maior fluidez e celeridade aos autos, o que não produzirá prejuízo à Demandada.

- e. Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos à data do sinistro;
- f. Seja, a demandada, condenada no pagamento de honorários advocatícios em 20% sobre o valor sentenciado, mais custas processuais e demais emolumentos.

Dá, à presente, o valor de R\$ **13.500,00**, para efeito fiscal.

Nestes Termos,  
Pede e Espera deferimento.

**JOÃO PESSOA PB**, 6 de abril de 2017.

*Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega*

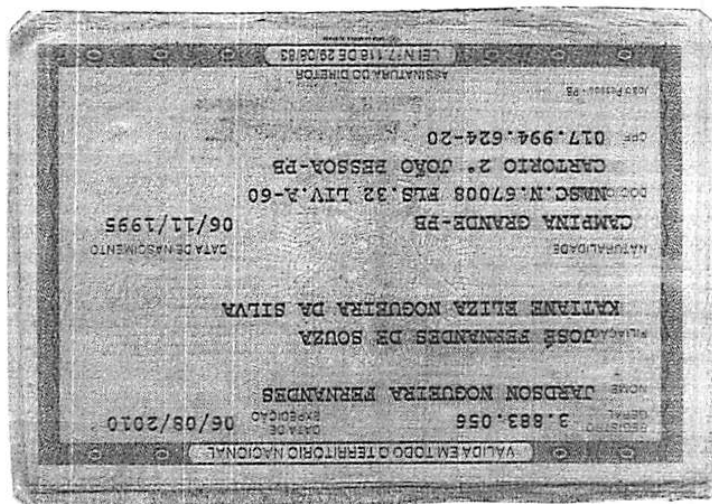
Advogado OAB/PB 16.753 – RN 972-A – PE 1563-A – BA 39042

#### QUESITOS

Seqüela de/no(a): **MIE**

1. Das lesões sofridas houve seqüelas permanentes? (      )
2. Qual o grau de debilidade? \_\_\_\_\_









## CERTIDÃO

Nº. 2007/2015

Atendendo solicitação de **ANDERSON LOPES DOS SANTOS** de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 775526 pertencente a **JARDSON NOGUEIRA FERNANDES** que atendido na Unidade de Emergência do Ortopedia no dia 18/07/2015 às 08h23min, vítima de colisão moto x carro, apresentando trauma em tornozelo esquerdo.

Submetida a avaliação médica e exame de imagem que não evidenciou fratura. Medicado e liberado.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 27 de Julho de 2015

  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 2959





POLICIA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA  
LEDO HOSPITALAR MANGABEIRA  
R. AG. FISCAL JOSE COSTA DUARTE, S/N  
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980  
FAX: (83) 3214-1981 CNPJ: 10.202.434/0001-28

Ficha Nr: 775526 Adm:  
Data: 18/07/2015  
Hora: 08:23:00  
Recepcionista: ADRIANA DA SILVA  
Clinica: TRAUMATOLOGICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: JARDSON NOUGUEIRA FERNANDES

Num. de vezes atendido: 2

Num. Prontuario: 2015.04.00099

CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 3883056 Fone: 88471631

Natural: CAMPINA GRANDE/PB Data Nasc.: 06/11/1995 Id: 19 ano(s)

End.: RUA ARMANDO SEVERINO DA SILVA, 214 VALENTINA 01 CARTAO DO SUS 2101026374000041

Bairro: VALENTINA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Pai:

Mae: KATIANE ELIZA DE SOUZA

Ocupação: AUXILIAR DE AMNUTENCAO SEM ESPECIFICACAO

INFORMACOES DE ENTRADA

Resp.: TIO RESPONSAVEL JOSE ANTONIO

Tel/Doc. Responsavel: 88492413 / SEM DOCUMENTO: SD

Procedencia: BAIRRO VALENTINA

Transporte utilizado: VEIO DE MOTO

Vitima de acidente por: COLISAO MOTO C/ CARRO DO CAMPO DA MARQUISE

Vitima de violência por: HJ AS 5/ HS DA MANHA PASSAGEIRO E ESTUDANTE

[ ] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA:

FR:

[ ] Aparentemente Bem [ ] Grave

FC:

TP:

[ ] Politraumatizado [ ] Comatado

Peso:

Altura:

[ ] Hemorragia [ ] Disfunção

Glicemia:

IMC:

[ ] Diarreia [ ] Agitação

Circ. Abd:

O2%:

[X] Regular [ ] Chocado

[ ] Vômito

Queixa Principal

Observação

COLISAO CARRO COM MOTO, COM TRAUMA EM  
TORNOMELO E.

História - Exame Físico - (hora do atendimento médico)

Diagnóstico

Conduta

Prescrição

Horário da medicação



Assinatura do Paciente/Responsável

Hallison Gondim de Oliveira Nóbrega

Obito: [ ] Atestado [ ] SVO [ ] IML

[ ] Enfermaria

Alta a pedido

[ ] Desistência [ ] UTI

[ ] Transferido

Residência

DESTINO DO PACIENTE

PROCEDIMENTO REALIZADO

Assinatura da Enfermagem

Reservado p/ Liberação

Ordem Medicamentos Dose Horário Evolução

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM

Data e Hora | PRESCRIÇÃO (assinatura e carimbo)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

CONTRAN

DETRAN - PB Nº 012235978470  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 0097910523-4 00/00000000 2015  
COD. RENAVAM 2015000601604 EXERCÍCIO

NOME JOSE ANTONIO VIDAL DE NEGUETROS

CPF/CNPJ 18186092404 PLACA MQQ3156/PB  
PLACA ANT/UF NOVO PB 9C2HB02108R061609 CHASSI

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLE/MNO APLIC COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/POP100 ANO FAB 2008 ANO MOD 2008

CAP/POI/CIL 2 P/97 /CI CATEGORIA PARTIC COEF PREDOMINANTE PRETA

COIA UNICA VENC COIA UNICA VENC/COIAS

1 1PVA PAGO EM 24/11/2015 1ª 2ª 3ª  
FAVIA 1PVA PARCELAMENTO/COIAS  
A \*\*\*\*\* 0 3ª

PREMIO TARIFARIO (R\$) 0 OF (R\$) PREMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO  
\*\*\*\*\* SEGURO P A G O 13/07/2015  
OBSERVAÇÕES SEM RESERVA DE DOMÍNIO 0

JOAO PESSOA -PB AL 40681 26/11/2015 74462

SEGURADORA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA S/A  
AUTOMOTORES DE TRANSITO DE PESSOAS E COISAS  
TRANSITO DE PESSOAS E COISAS

PB Nº 012235978470 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
18186092404 AS INFORMAÇÕES, LEIA NO ANEXO 956/PB  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
www.dpvatsegurodetransito.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA 1 18186092404 CPF / CNPJ EXERCÍCIO 2015 DATA EMISSÃO 26/11/2015  
RENAVAM 00979105234 PLACA MQQ3156/PB  
MARCA / MODELO HONDA/POP100

ANO FAB 2008 CAT 19E Nº CHASSI 9C2HB02108R061609

PREMIO TARIFARIO

FRS (R\$) \*\*\*\*\* DENATRAN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$) \*\*\*\*\*  
CUSTO DO BILHETE (R\$) \*\*\*\*\* OF (R\$) TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$) \*\*\*\*\*

COIA UNICA PACAMENTO PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 13/07/2015

SEGURADORA LIDER - DPVAT  
CNPJ 09.248.608/0001-04  
www.seguradoralider.com.br

74462-1101426-20151126 460-2015

## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, JOSE ANTONIO VIDAL DE NEGREIROS,

RG nº 1.697.194, data de expedição 15/05/2015,

Órgão SSP-PB, portador do CPF nº 181.860.924-04, com

domicílio na cidade de JOÃO PESSOA, no Estado de

PARAIBA,

onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

RUA. ARMANDO SEVERINO DA SILVA, nº SIN,

complemento VALENTINA, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo

mentionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a

vítima JARDSON MQUEIRA FERNANDES, cujo o condutor era

Veículo: MOTO

Modelo: HONDA POP 100

Ano: 2008/2008

Placa: MOB 3156-PB

Chassi: 9C2H802108R061609

Data do Acidente: 18-07-2015

Local e Data: JOÃO PESSOA - PB 26-11-2015

JOSE ANTONIO VIDAL DE NEGREIROS  
Assinatura do Declarante

CARTÓRIO  
VIEIRA BATISTA

Assinatura do Condutor ( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro )

SERVIÇO NOTARIAL "VIEIRA BATISTA" 2º OFÍCIO DISTRITAL  
Bel, Rômulo Vieira Batista - Tabelião / Bel, Rosângela Vieira Batista - Substituto  
Rua Elias Pereira de Araújo, 40 - Mangabeira/Paraná - CEP 58095-010 - João Pessoa - Paraíba - Fone/Fax: 3235-6559 / 3239-4100

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) firma(s) de:  
JOSE ANTONIO VIDAL DE NEGREIROS  
Em test. da verdade, João Pessoa - PB 26/11/2015 02:26:25  
Sergio Ricardo M. Mendonça - ESCRIVENTE AUTORIZADO  
[2015-056042]EMUL:R\$ 7,75/FAPEN:R\$ 0,23 FEP:R\$ 0,23 ISS:R\$ 0,39  
SELO DIGITAL: ACJ73551-X161  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA  
DEFESA SOCIAL  
6ª DELEGACIA DISTRITAL

## CERTIDÃO

**CERTIFICO** em razão do meu cargo e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o livro de ocorrências desta Delegacia, a fls. ocorrência de nº 3893 /2015, na mesma continha o seguinte teor: **Aos três dias do mês de dezembro do ano** de dois mil e quinze, nesta cidade de Santa Rita e na 6ª Delegacia Distrital, onde presente se encontra o Delegado **José Guedes Sobrinho**, as **19:40** horas, comparecem o **Sr. Jardson Nogueira Fernandes**, brasileira, solteiro, com 19 anos de idade, serviços Gerais, portador da cédula de identidade nº 3 883 056 SEDS/PB, filho de José Fernandes de Sousa e de Katiane Eliza Nogueira da Silva, natural de Campina Grande/PB, residente à (no) rua Armando Severino nº 214, Valentina Figueiredo, João Pessoa/PB, o qual notificou que, no dia 18 de julho do ano fluente, por volta das 05:00 horas aproximadamente, quando se conduzia como carona na moto Honda POP 100 de placa MOQ 3156/PB, conduzida por José Antonio Vidal de Negreiros, na avenida principal do conjunto Valentina Figueiredo na cidade de João Pessoa, foi atingido por um veículo de placas e Condutor não identificado e assim, sofreu uma queda, consequentemente, foi socorrido ao Complexo Hospitalar Mangabeira com Lesões pelo Corpo, conforme Laudo Médico apresentado. **Diante o exposto, solicita providências.** O referido é verdade. Dou fé. Eu **Everaldo Martins da Costa**, Escrivão que o digitei.....

Santa Rita, 03 de dezembro de 2015.

*Jardson Nogueira Fernandes*





Nóbrega Advogados Associados

PB JOÃO PESSOA: Av. Cap. José Pessoa, 320 – Jaguaribe

CEP 58015-170 TeleFax: (83) 3222-6610

RN PARNAMIRIM: Av. Maria Lacerda Montenegro, 2.835 sl. 11 - Nova Parnamirim

CEP 59152-600 - Tel.: (84) 3208-9861

PE OLINDA: Av. José Carlos Lima Cavalcante, 3995 - sl. 23 – Casa Caiada

CEP 53030-260 - Tel.: (81) 3431-9643

E-mail: [hallisonjc@hotmail.com](mailto:hallisonjc@hotmail.com)

## Procuração

Parte Outorgante

**JARDSON NOGUEIRA FERNANDES, 21 anos**, brasileiro, solteiro, aux. serv. gerais, RG 3883056 PB, CPF 017.994.624-20, com endereço na(o) Rua Armando Severino da Silva sn ap. 102], Gramame - Valentina, JOÃO PESSOA PB 58067-024.

Parte Outorgada

- **HALLISON GONDIM DE OLIVEIRA NÓBREGA**, solteiro, inscrito na OAB/PB 16.753; RN 972-A; PE 1563-A; BA 39042;
- **MÁRIO VICENTE DA SILVA FILHO**, solteiro, inscrito na – OAB/PB 19.647 e
- **EDSON MORETE DOS SANTOS** – OAB/PB 12.619 e RN 701-A;

todos brasileiros e Advogados com Escritório Principal na Cidade de JOÃO PESSOA PB, na Av. Capitão José Pessoa, 320 – Jaguaribe - CEP 58015-170.

Pelo presente instrumento de **PROCURAÇÃO**, a retro **Parte Outorgante** nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados (**PARTE OUTORGADA** acima), **conferindo-lhes** os poderes da cláusula "ad judicium et extra", em qualquer instância ou Tribunal, para, em conjunto ou separadamente, defender interesses nas ações que propuser ou contra si forem propostas ou já em andamento, além de transigir, acordar, receber e dar quitação, celebrar acordos (inclusive *extras judiciais*), firmar e ratificar termos e compromissos, e praticar todos os demais atos em direito permitidos, por mais especiais que sejam, até substabelecer, com ou sem reservas de poderes, no todo ou em parte, podendo, ainda, receber Alvará Judicial de Pagamentos junto a quaisquer instituições públicas e/ou privadas (inclusive Estabelecimentos Bancários e/ou Financeiros e Seguradoras), passando recibo e dando quitação.

Contrato

**Fica CONTRATADO**, desde já, que os devidos honorários advocatícios serão na base de **25% (vinte e cinco por cento)** sobre o valor bruto a receber (no caso de indenização e outros recebimentos congêneres), os quais, quando for o caso, serão descontados em favor do constituído (art. 22 § 4º da Lei 8.906/94), com expedição do respectivo Alvará pelo juízo da ação, constando a soma dos **honorários sucumbenciais** e os **contratuais**, tudo em favor do outorgado que o requerer e conforme pacto através do presente instrumento, sendo que, quando houver prestações continuadas (benefícios mensais previdenciários, pensão alimentícia e congêneres), serão pagos, além dos honorários sobre atrasados, também sobre os valores recebidos durante os 12 (doze) meses seguintes. Nas ações que não visem qualquer recebimento em espécie, os honorários serão os constantes da tabela da OAB do Estado onde for ajuizada a Ação. Assim, fica configurado **CONTRATO DE ADESÃO**, formalizado, para qualquer eventualidade futura.

JOÃO PESSOA PB, 3 de junho de 2016.

x *Jardson Nogueira Fernandes*

Cad. 4708 - JARDSON NOGUEIRA FERNANDES



# D E C L A R A Ç Ã O

(não ajuizamento de ação DPVAT)

Parte Declarante

**JARDSON NOGUEIRA FERNANDES**, 21 anos, brasileiro, solteiro, aux. serv. gerais, RG 3883056 PB, CPF 017.994.624-20, com endereço na(o) Rua Armando Severino da Silva sn ap. 102], Gramame - Valentina, JOÃO PESSOA PB 58067-024.

Para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a parte acima qualificada e abaixo assinado declara, para os devidos fins de Direito que se fizerem necessários, que não recebeu verbas referentes ao Seguro DPVAT que está sendo objeto do pedido da exordial, bem como não ajuizou ação em outra comarca visando recebimento do referido seguro contra outra seguradora ou em qualquer outro Estado da Federação. Declara, ainda, estar ciente das sanções administrativas, cíveis e criminais em caso falsa declaração.

JOÃO PESSOA PB, 3 de junho de 2016.

*x Jardsom Nogueira Fernandes*

Ced. 4708 - JARDSON NOGUEIRA FERNANDES





## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Parte Declarante

**JARDSON NOGUEIRA FERNANDES**, 21 anos, brasileiro, solteiro, aux. serv. gerais, RG 3883056 PB, CPF 017.994.624-20, com endereço na(o) Rua Armando Severino da Silva sn ap. 102], Gramame - Valentina, JOÃO PESSOA PB 58067-024.

A parte acima qualificada e abaixo assinado declara, nos termos da Lei 1.060/50, que é pobre na forma da lei, não dispondo de meios que possibilitem custear as despesas processuais e honorárias da ação a ser proposta.

Afirma, ainda, ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade.

Assina esta declaração para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

JOÃO PESSOA PB, 3 de junho de 2016.

*x Jardson Nogueira Fernandes*

Cad. 4708 JARDSON NOGUEIRA FERNANDES





Vistos, etc.

No compulsar dos autos, constata-se que a parte promovente reside em endereço abrangido pela jurisdição do Foro Regional de Mangabeira, nos termos da Resolução TJPB nº 55/2012, publicada no DJE do dia 07/08/2012.

É cediço que os foros distritais foram criados com o objetivo de descentralizar as funções judicantes, facilitando o acesso do cidadão ao judiciário, não se confundindo Vara Distrital com Comarca para efeito de fixação da competência territorial. Há, no caso em tela, divisão de competência funcional, portanto de caráter absoluto, que pode ser reconhecida de ofício.

Neste sentido, inclusive, já decidiu o Tribunal de Justiça da Paraíba. Veja-se:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CONSUMERISTA. FEITO AJUIZADO NA COMARCA DA CAPITAL E DEPOIS REMETIDO PARA UMA DAS VARAS DO FORO DISTRITAL DE MANGABEIRA. FRACIONAMENTO DA COMARCA DA CAPITAL EM DISTRITOS PARA DESCENTRALIZAR A FUNÇÃO JUDICANTE. VIOLAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO CDC. INOCORRÊNCIA. DECISÃO QUE OBSERVOU O CRITÉRIO FUNCIONAL DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DA JUSTIÇA PARAIBANA. DISTRITOS QUE NÃO PODEM SER CONFUNDIDOS COM COMARCAS PARA A FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA. PRECEDENTES DO TJPB. ARTIGO 557 DO CPC. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. DESPROVIMENTO. Os foros distritais foram criados com o escopo de descentralizar as funções judicantes, facilitando o acesso do cidadão ao Judiciário, não se confundindo Vara Distrital com Comarca para efeito de fixação da competência territorial. Assim, o foro distrital de Mangabeira não é comarca diversa, mas apenas uma divisão funcional da Comarca da Capital. 2. **O fato de o processo ser remetido para o foro distrital de Mangabeira, onde o autor/agravado tem domicílio, não configura incompetência territorial, mas funcional, que pode ser conhecida de ofício.** (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 20041622520148150000, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DESA. MARIA DAS NEVES DOEGITO D FERREIRA, j. em 04-09-2014)

PROCESSO CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. AJUIZAMENTO NO FORO CENTRAL DA CAPITAL. REDISTRIBUIÇÃO DETERMINADA A UMA DAS VARAS DO FORO REGIONAL DE MANGABEIRA. FORO DISTRITAL QUE SE TRATA DE MERO FRACIONAMENTO DA COMARCA (JOÃO PESSOA). AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA ABSOLUTA. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE. 1. **O fato de o feito ser remetido para o foro distrital de Mangabeira, o qual abrange a jurisdição do domicílio do agravante/autor, não se trata incompetência territorial, mas sim de competência funcional que pode ser conhecida de ofício.** 2. Com efeito, os foros distritais foram criados para descentralizar as funções judicantes, facilitando o acesso do cidadão ao Judiciário, não se confundindo Vara Distrital com Comarca para efeito de fixação da competência territorial. Assim, o foro distrital de Mangabeira não é comarca diversa, mas apenas uma divisão funcional da Comarca da Capital, mostrando-se acurada a redistribuição do feito. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00004170320168150000, - Não possui -, Relator DES. JOSE AURELIO DA CRUZ, j. em 19-04-2016)



Ante os argumentos acima expostos, e por reconhecer que este juízo é incompetente para o deslinde da questão, declino da competência para processar e julgar o presente feito, nos termos do art. 64, § 1º, do CPC, determinando, por conseguinte, a remessa dos autos ao Foro Regional de Mangabeira.

P.I. Cumpra-se.

João Pessoa, 14 de junho de 2017.

*R i c a r d o*  
*Juiz de Direito*

*d a*

*S i l v a*

*B r i t o*



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA  
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

---

**PROCESSO NÚMERO - 0817668-75.2017.8.15.2001**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM (7)  
**ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**AUTOR: JARDSON NOGUEIRA FERNANDES**

Advogado do(a) AUTOR: HALLISON GONDIM DE OLIVEIRA NÓBREGA - PB0016753

**RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**

Advogado do(a) RÉU:

---

**DECISÃO**



Vistos.

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA, ajuizada por JARDSON NOGUEIRA FERNANDES, já qualificado, em face da MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A., igualmente já singularizada, na qual o juízo da 1ª Vara Cível declinou da competência em favor deste juízo, em face do domicílio da parte autora.

No caso concreto dos autos, o autor é domiciliado na cidade de João Pessoa/PB, mais especificamente no bairro de Gramame. Todavia, conforme o disposto na Resolução nº 55/2012, do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, o retro citado bairro não se encontra sob a jurisdição desta Vara. A saber:

RESOLUÇÃO Nº 55, de 6 de agosto de 2012 Fixa os limites territoriais da jurisdição das varas regionais e dos juzados especiais mistos da Comarca da Capital, e dá outras providências. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 41 e nos termos do art. 314, parágrafo único, ambos da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba – LOJE (Lei Complementar nº 96, de 03 de dezembro de 2010), resolve: Art. 1º A jurisdição das varas regionais e dos juzados especiais regionais mistos de Mangabeira será exercida nos limites territoriais dos Bairros de Água Fria, Anatolia, Bancários, Barra de Gramame, Cidade dos Colibris, Costa do Sol, Cuiá, Ernesto Geisel, Funcionários II, Funcionários III e Funcionários IV, Grotão, Jardim Cidade Universitária, Jardim São Paulo, João Paulo II, José Américo, Mangabeira, Muçumago, Paratibe, Penha, Planalto da Boa Esperança e Valentina Figueiredo, do Município de João Pessoa. Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 4 de março de 2011 e revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões do Tribunal Pleno, 6 de agosto de 2012. Desembargador ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS PRESIDENTE

Vale ressaltar que o bairro de “Gramame” não se confunde com o Bairro de “Barra de Gramame”, este sob jurisdição deste Fórum Regional, o que já foi, inclusive, objeto de conflito de competência decidido pelo Tribunal de Justiça da Paraíba:

PROCESSUAL CIVIL – Conflito negativo de competência cível – Ação de revisão contratual – Competência territorial – Delimitação de bairro – Barra de Gramame – Unidade vinculada às varas da Capital – Insurgência da Resolução nº 55, do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba - Conhecimento do conflito para declarar competente o juízo suscitante. Nos termos da Resolução nº 55, deste Tribunal de Justiça, o bairro “Barra de Gramame” está inserido na jurisdição das Varas Regionais de Mangabeira, enquanto o “Bairro de Gramame”, vincula-se às Varas da Capital. V I S T O S, relatados e discutidos os presentes autos acima identificados de conflito negativo de competência cível, A C O R D A M, em Segunda Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, por votação unânime, julgar improcedente o conflito e declarar competente o juízo suscitante, nos termos do voto do Relator e da súmula de julgamento de folha retro. (TJPB. CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0001254-58.2016.815.0000. ORIGEM: 14ª VARA CÍVEL CAPITAL. RELATOR: Dr.(a) Miguel de Britto Lyra Filho, juiz convocado, em substituição ao Desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos. DJe 06.02.2017)

Desta feita, considerando a absoluta falta de competência deste Juízo e, ainda, para que não sejam causados prejuízos às partes, deixo de suscitar o conflito de competência, determinando a redistribuição para o juízo de origem, a 1ª Vara Cível desta Capital, para os fins de direito.

P. I.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**Juíza de Direito**





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0817668-75.2017.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Nas ações de cobrança de DPVAT, dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia, a audiência de conciliação pode ser postergada para momento posterior ao da perícia, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo.

Assim, deixo de marcar audiência prévia de conciliação. Cite-se o réu para contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial. Da análise da inicial, já verifico a necessidade de prova pericial.

Nomeio perito o Dr. Antonio Vituriano, médico ortopedista, telefones (83) 99996-1529, (83) 3034-6219, e-mail: antoniovituriano@outlook.com. Fixo o valor dos honorários periciais no patamar de R\$ 200,00 (duzentos) reais em razão do **Convênio nº 015/2014-TJ/PB celebrado** entre a Seguradoras e o TJPB.

Assim, intime-se a parte ré para, no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor designado, correspondentes aos honorários periciais. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor.

Após, intime-se o perito nomeado para dizer dia, hora e local para a realização do exame clínico para fins de perícia, que deve ser aprazado com antecedência de 60 dias, e fixando o prazo de 20 (vinte dias) para a entrega do laudo, a contar da data do exame clínico. Desde já, formulo os seguintes quesitos: 1- Quais as lesões sofridas pelo autor? 2- As lesões decorreram de acidente de veículo? 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente? 4- Totalmente ou em parte? 5 Em que percentual? 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica? 7- A incapacidade é temporária ou permanente? 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral ou fisiológica? 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta? 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média (50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)? Intime-se a parte ré para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação.

A parte autora já teve tal oportunidade na inicial. Os quesitos devem ser apresentados em duas vias para serem entregues em secretaria, além da via de protocolo do advogado, sendo uma via para ficar no processo e outra via para ser remetida ao perito. Após apresentado o laudo, intemem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 (quinze) dias e informarem se têm interesse em audiência de conciliação, bem como expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais. Solicitada por ambas as partes audiência de conciliação, a secretaria apraze a audiência. Se somente uma parte ou nenhuma requerer a realização de audiência de conciliação, e cumpridas as diligências acima determinadas, tragam-me conclusos para sentença.

JOÃO PESSOA, 1 de julho de 2020.



Josivaldo Félix de Oliveira

Juiz de Direito





Poder Judiciário da Paraíba  
1ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número do Processo: 0817668-75.2017.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [Direito de Imagem]  
Polo ativo: AUTOR: JARDSON NOGUEIRA FERNANDES  
Polo passivo: REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé haver notificado o perito médico, por e-mail, conforme se observa abaixo:

Zimbra

jpa-vciv01@tjpb.jus.br

---

#### Notificação Perito - Processo n. 0817668-75.2017.8.15.2001

De : 1ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA  
<jpa-vciv01@tjpb.jus.br>

Sex, 09 de out de 2020 20:47

Assunto : Notificação Perito - Processo n.  
0817668-75.2017.8.15.2001

Para : antoniovituriano@outlook.com

Dr. Antonio Vituriano de Abreu,

Notifico que o senhor foi nomeado perito nos autos do processo [0817668-75.2017.8.15.2001](#), com o valor dos honorários periciais no patamar de R\$ 200,00 (duzentos) reais em razão do convênio celebrado entre as Seguradoras e o TJPB, a ser depositado pela parte ré.





Deste modo, informe se aceita o encargo de perito.

Fique intimado o perito nomeado para dizer dia, hora e local para a realização do exame clínico para fins de perícia, que deve ser aprazado com antecedência de 60 dias, e fixando o prazo de 20 (vinte dias) para a entrega do laudo, a contar da data do exame clínico. Desde já, formulo os seguintes quesitos: 1- Quais as lesões sofridas pelo autor? 2- As lesões decorreram de acidente de veículo? 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente? 4- Totalmente ou em parte? 5 Em que percentual? 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica? 7- A incapacidade é temporária ou permanente? 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral ou fisiológica? 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta? 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média (50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)?

Juízo de Direito da 1º Vara Cível da Capital.

JOÃO PESSOA, 9 de outubro de 2020  
SEDNANREF RACNELA GOMES ALENCAR





**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
1ª Vara Cível da Capital**

---

PROCESSO Nº 0817668-75.2017.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Direito de Imagem]

AUTOR: JARDSON NOGUEIRA FERNANDES  
REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

1ª Vara Cível da Capital-Pb, 1 de dezembro de 2020.

**SEDNANREF RACNELA GOMES ALENCAR**

Técnico Judiciário



João Pessoa, 19 de novembro de 2020.

**AO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA – PB.**

**Referente ao Processo nº 0817668-75.2017.8.15.2001**

**Assunto: Aceitação de encargo e designação de data de perícia**


Senhor Juiz,

Venho através deste, comunicar a Vossa Excelência a aceitação do encargo, bem como os honorários profissionais arbitrados, no valor de R\$200,00 (duzentos reais), conforme convênio entre o Tribunal de Justiça da Paraíba e a Seguradora Líder, referente aos processos que tramitam nesta Unidade Judiciária, relacionados aos pedidos de indenização do seguro obrigatório DPVAT, com as mesmas características realizadas no Mutirão DPVAT pelo Tribunal de Justiça da Paraíba e as Seguradoras integrantes do Consórcio. Aproveito a oportunidade para solicitar que seja intimada a seguradora ao pagamento antecipado dos honorários periciais.

Por oportuno, solicito que sejam intimadas as partes para irem realizar as perícias solicitadas, a partir das 14h30, do dia 26/01//2021, na Policlínica São Lucas, localizada na Avenida João da Mata, nº 520, Jaguaribe, munido de todos os atestados e exames complementares de dispõe.

Dados do perito: Antônio Vituriano de Abreu, CRM 2279 – PB, CPF nº 095.649.504-49, conta corrente no Banco do Brasil – Agência 3396/Conta Corrente 118901-8.

Atenciosamente,

  
**Antônio Vituriano de Abreu**  
**Médico Ortopedista – Traumatologista**  
**CRM: 2279**

